



Número: **0600050-69.2020.6.16.0018**

Classe: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Cláudia Cristina Cristofani**

Última distribuição : **06/06/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600050-69.2020.6.16.0018**

Assuntos: **Falsificação ou Alteração de Documento Público para Fins Eleitorais, Falsidade Ideológica**

Objeto do processo: **Da decisão exarada nos autos de Ação Penal nº 0600050-69.2020.6.16.0018 que julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para o fim de: condenar a ré Josânia Xavier da Silva Colturato como incurso nas penas previstas no art. 350 do Código Eleitoral, por uma vez; condenar o réu José Marcos Pessa Filho como incurso nas penas previstas no art. 350 do Código Eleitoral, por cinco vezes, na forma do art. 71 do Código Penal; absolveu o réu José Marcos Pessa Filho da imputação de prática do delito tipificado no art. 350 do Código Eleitoral, em relação às declarações firmadas por Suellen Alves da Luz e Keli Cristina Barbosa, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, fixando à ré Josânia Xavier da Silva Colturato a pena definitiva em 01 ano e 03 meses de reclusão e 03 dias-multa, fixado o regime aberto, substituída a pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direito, nos seguintes termos: a) a ré deverá prestar serviços à comunidade à razão de 01 (uma) hora por dia de condenação (art. 46, §3º, do CP). A entidade beneficiada será definida na execução penal; b) diante da culpabilidade, da extensão do dano, e, ainda, considerando a sua condição patrimonial, a ré deverá pagar prestação pecuniária (artigo 43, I, do CP), fixada em 1,5 salários mínimos, segundo o valor do salário mínimo vigente na data da publicação da sentença, e fixando ao réu José Marcos Pessa Filho a pena-base em 01 ano e 03 meses de reclusão e 03 dias-multa, fixado o regime aberto, substituída a pena privativa de liberdade, pelas penas restritivas de direito, nos seguintes termos: a) o réu deverá prestar serviços à comunidade à razão de 01 (uma) hora por dia de condenação (art. 46, §3º, do CP). A entidade beneficiada será definida na execução penal; b) diante da culpabilidade, da extensão do dano, e, ainda, considerando a sua condição patrimonial, o réu deverá pagar prestação pecuniária (artigo 43, I, do CP), fixada em 03 (três) salários mínimos, segundo o valor do salário mínimo vigente na data da publicação da sentença. (Ação Penal proposta pelo Ministério Público Eleitoral contra José Marcos Pessa Filho, Celmira José Maria Miranda, Keli Cristina Barbosa, Valério Simone Padilha, Valdirene Alves da Silva, Josânia Xavier da Silva Colturato, Suellen Alves da Luz e Patrícia Rodrigues de Sá, pela prática, em tese, da conduta tipificada no art. 350 do CE, por 7 vezes, em relação ao primeiro acusado, e por 1 vez em relação à segunda ré, diante da inserção dos denunciados em documento particular, de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais; ref. IPL nº 0004692-61.2013.8.16.0100, 1ª Promotoria Vara Criminal de Jaguariaíva/PR; RE 277-89.2012.6.16.0018; IPL 2013.1086-0, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jaguariaíva/PR; Petição Cível nº 0600396-20.2020.6.16.0018; AP 0600100-61.2021.6.16.0018).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE MARCOS PESSA FILHO (EMBARGANTE)		YANKA CRISTINE BARBOSA (ADVOGADO) TIAGO JEISS KRASOVSKI (ADVOGADO) RODRIGO GARCIA SALMAZO (ADVOGADO) RODRIGO GAIAO (ADVOGADO) PATRICIA MARINHO DA CUNHA (ADVOGADO) LUANA DA SILVA NADOLNY (ADVOGADO) LAERZIO CHIESORIN JUNIOR (ADVOGADO) GUSTAVO BONINI GUEDES (ADVOGADO) GUILHERME MALUCELLI (ADVOGADO) EDUARDO WECKL PASETTI (ADVOGADO) CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE (ADVOGADO) CAROLINA PADILHA RITZMANN (ADVOGADO) CAMILA COTOVICZ FERREIRA (ADVOGADO) JOAO GUILHERME REBUSKI (ADVOGADO) EDINEI STEGER RINALDI (ADVOGADO) CESAR AUGUSTO PESSA FILHO (ADVOGADO) WELLINGTON MAIKON FERREIRA (ADVOGADO)	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA (EMBARGADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43016994	04/08/2022 17:16	Acórdão	Acórdão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 60.958

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 0600050-69.2020.6.16.0018 – Jaguariaíva – PARANÁ

Relator: CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

EMBARGANTE: JOSE MARCOS PESSA FILHO

ADVOGADO: YANKA CRISTINE BARBOSA - OAB/PR106091

ADVOGADO: TIAGO JEISS KRASOVSKI - OAB/PR45009-A

ADVOGADO: RODRIGO GARCIA SALMAZO - OAB/PR34931

ADVOGADO: RODRIGO GAIAO - OAB/PR34930-A

ADVOGADO: PATRICIA MARINHO DA CUNHA - OAB/PR74934

ADVOGADO: LUANA DA SILVA NADOLNY - OAB/PR94791

ADVOGADO: LAERZIO CHIESORIN JUNIOR - OAB/PR63390-A

ADVOGADO: GUSTAVO BONINI GUEDES - OAB/PR41756-A

ADVOGADO: GUILHERME MALUCELLI - OAB/PR93401-A

ADVOGADO: EDUARDO WECKL PASETTI - OAB/PR8088000-A

ADVOGADO: CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - OAB/PR58425-A

ADVOGADO: CAROLINA PADILHA RITZMANN - OAB/PR81441-A

ADVOGADO: CAMILA COTOVICZ FERREIRA - OAB/PR63569-A

ADVOGADO: EDINEI STEGER RINALDI - OAB/PR92729-A

ADVOGADO: WELLINGTON MAIKON FERREIRA - OAB/PR76886

EMBARGADO: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – QUÓRUM INCOMPLETO - ART. 28, § 4º, DO CÓDIGO ELEITORAL – INAPLICABILIDADE – CONDENAÇÃO CRIMINAL – AUSÊNCIA DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO DE CASSAÇÃO MANDATO - REDISCUSSÃO DE MATÉRIA EXPRESSAMENTE APRECIADA NO ACÓRDÃO - EMBARGOS REJEITADOS.

1. É cabível a oposição de embargos de declaração sempre que na decisão judicial houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material (artigo 1.022 do CPC).

2. O órgão julgador não está obrigado a analisar de forma expressa todos os dispositivos legais suscitados pela parte e tampouco a rebater um por um de seus argumentos, desde que profira decisão fundamentada, coerente e lógica, enfrentando os argumentos que, em tese, possam infirmar a conclusão adotada no julgado (artigo 489, IV, do CPC)



3. Não se aplica a regra prevista no artigo 28, § 4º, do Código Eleitoral aos feitos criminais, eis que não têm por objeto principal a cassação de registro de candidatura, anulação geral de eleição ou perda de diploma.

4. Os embargos de declaração não são via adequada à pretendida reanálise da matéria alegada.

5. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 03/08/2022

RELATOR(A) CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por JOSE MARCOS PESSA FILHO contra acórdão (ID. 42600081) que, por unanimidade de votos, conheceu e negou provimento ao recurso criminal interposto pelo embargante e deu parcial provimento ao recurso criminal interposto pelo Ministério Público Eleitoral *“apenas para consignar que, havendo trânsito em julgado da decisão condenatória proferida nesses autos, ocorrerá, automaticamente, a perda do mandato de vereador do réu JOSÉ MARCOS PESSA FILHO, independentemente de qualquer deliberação pela Câmara Municipal”*.

O embargante alega (ID. 42965625) a nulidade do julgamento do acórdão embargado em decorrência de quórum incompleto no seu julgamento, em violação do art. 28, § 4º, do Código Eleitoral.

Questiona, ainda, a fragilidade e inconsistência das provas condenatórias e ausência de análise de potencialidade lesiva da conduta conforme art. 350 do mesmo código.

Por fim, requer o conhecimento e o acolhimento dos embargos, com efeitos infringentes.

Em contrarrazões (ID. 4298593), a Procuradoria Regional Eleitoral pugna pela admissibilidade do recurso pela sua tempestividade e pela rejeição dos aclaratórios, aduzindo a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, bem como a ausência de prejuízo e a inaplicabilidade do art. 28, §4º, do CE ao presente caso.



É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Os embargos de declaração são tempestivos, devendo ser conhecidos.

A natureza reparadora dos Embargos de Declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade, contradição ou omissão (art. 275, I e II do Código Eleitoral), ou ainda para correção de erro material, bem como para fins de prequestionamento.

Na hipótese, inicialmente o embargante aduz a nulidade do acórdão embargado em razão da ausência de quórum completo no julgamento, em virtude da declaração de impedimento suscitada pelo Dr. Roberto Ribas Tavnaro em sessão, não havendo convocação do seu substituto.

O embargante defende a aplicação, no presente caso, da regra inserida no art. 28, § 4º, do CE que assim dispõe:

Art. 28. Os Tribunais Regionais deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.

(...)

§ 4º As decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.

§ 5º No caso do § 4º, se ocorrer impedimento de algum juiz, será convocado o suplente da mesma classe

Pois bem. Destaco que, por se tratar de tema referente ao julgamento em plenário do acórdão embargado e de questão de ordem pública, a nulidade suscitada deve ser analisada nos presentes aclaratórios.

Todavia, ao contrário do que afirma o embargante, o julgamento impugnado se refere a recurso criminal relativo à imputação de prática de delito descrito no art. 350 do Código Eleitoral, que não tem por objetivo principal a cassação do mandato do embargante, sendo esta somente mera consequência de eventual suspensão dos direitos políticos decorrentes de condenação criminal transitada em julgado, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal, *in verbis*:



Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

(...)

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Logo, não se verifica a ocorrência da alegada nulidade, uma vez que a regra disposta no art. 28, § 4º, do CE não tem aplicação cogente ao presente caso.

Ressalta-se que o julgamento, realizado com unanimidade de votos proferidos com a presença de 6 membros (cinco membros votantes mais o Exmo. Presidente que não proferiu voto), seguiu a determinação do Regimento Interno do TRE-PR, que estabelece que as deliberações ocorrerão com a presença mínima de 4 integrantes, confira-se:

Art. 66. O Tribunal deliberará por maioria de votos, com a presença mínima de 4 (quatro) de seus juízes, incluindo o Presidente da sessão, salvo nos casos expressos na Legislação e neste Regimento.

Repito que devemos diferenciar as demandas tipicamente eleitorais, que têm por objeto a cassação de registro de candidatura, anulação geral de eleição ou cassação de diploma e, por isso, exigem julgamento com quórum completo, das ações penais que eventualmente podem causar a perda de mandato, como decorrência direta da suspensão dos direitos políticos pela condenação criminal transitada em julgado.

Mutatis mutandis, cito julgado do c. TSE:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2010. CORRUPÇÃO ELEITORAL E FALSIDADE IDEOLÓGICA ELEITORAL. AGRAVO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NÃO CONHECIDO. NULIDADES PROCESSUAIS REJEITADAS. LITISPENDÊNCIA AFASTADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 24 E Nº 28/TSE. UNIFICAÇÃO DE PENAS. DOSIMETRIA DA PENA. CONTINUIDADE DELITIVA. EXASPERAÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA PELO NÚMERO DE INFRAÇÕES. PROVIMENTO PARCIAL PARA RETIFICAR O CÁLCULO DA PENA.

1. Recurso especial eleitoral interposto contra acórdão do TRE/DF que, em ação penal originária, condenou a recorrente às penas de 4 anos, 5 meses e 8 dias de reclusão em regime semiaberto e pagamento de 20 dias-multa, pela prática dos crimes de corrupção eleitoral (art. 299 do CE), relativamente a compra de votos de 4 (quatro) eleitores, e falsidade ideológica eleitoral (art. 350 do CE), em razão da omissão de gastos com os serviços de 18 (dezoito) pessoas que trabalharam como cabos eleitorais.

I - PRELIMINARES

(...)

3. A inobservância de quórum completo na reunião subsequente à sessão de julgamento interrompida por pedido de vista não gera nulidade quando já consolidada a votação pela condenação da ré, bem como diante da ausência de demonstração de prejuízo à defesa.



(...)

III – CONCLUSÃO

15. Recurso Especial Eleitoral a que se dá parcial provimento para reduzir a fração referente à continuidade delitiva no crime de corrupção eleitoral. Determinação ao juízo da execução que apure eventual preenchimento dos requisitos para conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos. Agravos internos prejudicados.

(Recurso Especial Eleitoral nº 311285, Acórdão, Relator(a) Min. Luís Roberto Barroso, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Data 19/08/2020)

Outrossim, soma-se a inaplicabilidade da exigência de quórum completo a ausência de prejuízo.

Com efeito, não há que se falar em declaração de nulidade de atos processuais que não resultem em qualquer prejuízo para as partes, conforme disposto no art. 219 do Código Eleitoral:

Art. 219. Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo.

Nesse ponto, destaco que o julgamento foi decidido por unanimidade, ou seja, cinco membros da Corte votaram pela manutenção da condenação do embargante e pelo provimento parcial do recurso do *parquet*.

Logo, ainda que, hipoteticamente, houve a convocação do substituto e que ele votasse a favor do embargante, não haveria alteração no resultado final.

Assim, verifica-se que a insurgência do embargante não merece acolhimento, razão pela qual rejeita-se a nulidade suscitada.

Adicionalmente, o embargante pugna pelo reconhecimento da fragilidade das provas que levaram a sua condenação, por meio da vulneração ao disposto no art. 386-A do Código Eleitoral (ID. 42965625), a saber:

Art. 368-A. A prova testemunhal singular, quando exclusiva, não será aceita nos processos que possam levar à perda do mandato

Pois bem. Na hipótese de que se cuida, o embargante limita-se em reiterar as teses que foram expressamente rechaçadas por ocasião do acórdão embargado, não indicando propriamente a existência de qualquer omissão autorizadora de embargos de declaração.

Este E. Tribunal avaliou o caso e confirmou o entendimento quanto à condenação criminal proferida em primeiro grau.



Nesse sentido, restou expressamente detalhado em acórdão a motivação para confirmação de sentença condenatória, com alguns trechos ilustrativos de análise de múltiplas provas (ID. 42960081):

“No que concerne ao denunciado José Marcos Pessa Filho, a autoria delitiva também está devidamente evidenciada pelas provas existentes nos autos.

Muito embora o acusado não tenha assinado os documentos questionados, está demonstrado que as declarações foram firmadas com o único fim de provar à Justiça Eleitoral que não houve gasto com cabos eleitorais na sua campanha ao cargo de Vereador no ano de 2012.

Conforme já exposto anteriormente, na prestação de contas da campanha eleitoral do ano de 2012 do candidato José Marcos Pessa Filho, foi apresentada a “relação de pessoas que vão trabalhar voluntariamente para o candidato a Vereador Marquito sob o nº 45.600 da coligação Humildade Trabalho e Respeito” (ID 3985478 – página 58).

Intimado a se manifestar sobre as inconsistências encontradas pelo Cartório Eleitoral em sua prestação de contas, o candidato expressamente afirmou: “quanto a apresentação em cartório de petição informando pessoas que seriam contratadas para laborar na campanha eleitoral, tal contratação não concretizou-se, conforme comprovamos através de declaração expressa em anexo” (ID 3985478 – página 71).

Destaco que o documento acima referido está assinado pelo candidato, o que implica dizer que conquanto não conste sua assinatura nas declarações questionadas, o réu tinha efetivo conhecimento do teor das declarações.

(...)

Nesse ponto é importante destacar que além de não ter feito prova de que não produziu o documento, a própria denunciada Josânia, em seu interrogatório em Juízo, afirmou que foi o candidato quem lhe pediu que ela colhesse as assinaturas das declarantes. Tal conduta denota, mais uma vez que, embora possa o réu José Marcos não ter efetivamente elaborado o documento, conhecia o seu teor e participou efetivamente do falso, ao pedir à Josânia que coletasse as assinaturas.

(...)

Ao contrário do que sustenta a defesa, não houve “mera ignorância técnica do acusado”, tendo em vista que ele tinha conhecimento de que as declarantes trabalharam em sua campanha, o que é totalmente diverso de afirmar que elas trabalharam, mas não receberam, ou mesmo que a contratação não se concretizou.

Outrossim, o fato de ter havido orientação da Justiça Eleitoral para que o candidato apresentasse a lista de quem iria trabalhar voluntariamente em sua campanha – o que sequer foi provado, diga-se de passagem - , é irrelevante para o deslinde do presente feito, já que a veracidade daquele documento não foi contestada, mas tão-somente das declarações posteriores.

(...)

Veja-se, assim, que a informação falsa foi utilizada para provar fato juridicamente relevante na prestação de contas do candidato José Marcos, haja vista a necessidade de o candidato apresentar os valores, ainda que estimados, dos serviços prestados na campanha eleitoral pelas declarantes, conforme intimação da própria Justiça Eleitoral.



(...)

De igual forma, o dolo específico em relação aos acusados está clarividente, uma vez que as declarações foram emitidas e utilizadas tão-somente para sanar irregularidade constatada na prestação de contas apresentada pelo candidato José Marcos à Justiça Eleitoral, em relação ao pleito de 2012.

(...)

Pois bem. No particular, é fato incontroverso que foram juntadas, na prestação de contas do candidato ao cargo de Vereador José Marcos Pessa Filho referente às eleições de 2012, declarações assinadas por Patrícia Rodrigues de Sá, Josânia Xavier da Silva Colturato, Celmira José Maria Miranda, Valdirene Alves da Silva e Valeria Simone Padilha, nas quais as declarantes afirmam que não prestaram serviços ao candidato. Também é inconteste que as declarantes trabalharam para a referida campanha, de forma gratuita.

(...)

Os réus recorrentes alegam, em síntese, que não houve dolo em cometer o crime imputado.

(...)

Todavia, conforme bem pontuado pela magistrada a quo, não há qualquer prova nos autos de que as declarações foram lavradas pelo contador da campanha. O candidato recorrente sequer informou nos autos quem seria esse profissional e, caso tivesse arrolado o contador como testemunha, tal alegação defensiva poderia ser facilmente comprovada pelo acusado.

Por este ângulo, importante esclarecer que o candidato informou nos autos da prestação de contas inquinada que ele não possuía administrador financeiro e que ele mesmo era o responsável pela prestação de contas (id. 42788894 – pág. 56).

(...)

Outrossim, a própria denunciada Josânia, em seu interrogatório em Juízo, afirmou que foi o candidato quem lhe pediu que ela colhesse as assinaturas das declarantes.

(...)

Outrossim, é inegável que, para o homem médio, o conceito de não trabalhar difere, e muito, do exercício de trabalho sem remuneração. Observo que qualquer pessoa minimamente alfabetizada e inserida em convívio social sabe que dizer que “não trabalhou na campanha eleitoral” é totalmente diferente de afirmar que “trabalhou sem remuneração ou sem ter recebido por isso.”

Ainda, não há qualquer omissão em relação à ausência de potencialidade lesiva, uma vez que a decisão embargada consignou expressamente que:

Em relação à alegação de que não houve afronta à lisura do pleito ou à fé pública, bem como que não houve demonstração da existência de dolo específico, anoto que o tipo penal violado busca resguardar a fé pública eleitoral que, por ser crime formal, não exige resultado naturalístico, bastando a potencialidade lesiva, que se caracteriza pelo risco ou ameaça à fé pública, a qual se traduz na confiança, lisura e veracidade das informações prestadas no âmbito das eleições.



Portanto, para a configuração do delito, exige-se, além da falsidade da declaração contida no documento, a relevância jurídica do falso e que seu uso tenha finalidade eleitoral, sendo dispensável a ocorrência de lesão concreta.

No caso dos autos, são evidentes a potencialidade lesiva, a finalidade eleitoral e a afronta à fé pública, eis que os recorrentes apresentaram declarações com conteúdo falso em sede de prestação de contas, procedimento que possui inegável relevância jurídica dentro do processo eleitoral, descumprimento norma que determina que todas as receitas e despesas, inclusive as estimáveis em dinheiro, devem ser declaradas pelos candidatos (Lei nº. 9.504/97 e Resolução TSE nº. 23.376/2012), sendo patente o desrespeito à confiança, à lisura e à veracidade que devem ter as informações prestadas no âmbito das eleições.

Neste ponto, a Procuradoria Regional Eleitoral também ressalta:

Quanto ao dolo, não subsiste qualquer dúvida de que as declarações foram confeccionadas para o fim de provar fato juridicamente para fins eleitorais, na medida em que elaboradas tão somente para atender à intimação judicial lançada nos autos de prestação de contas.”

Assim, verifica-se que a insurgência do embargante não apresenta propriamente a quaisquer vícios associados à omissão, contradição ou obscuridade, mas sim ao descontentamento com a solução dada ao caso. O embargante pretende a reapreciação da matéria julgada com a modificação da decisão, o que é vedado pela estreita via dos embargos de declaração, não merecendo acolhimento os aclaratórios.

Persistindo a irresignação quanto às questões ora trazidas, deverá o embargante utilizar da via recursal adequada, razão pela qual considero as matérias como prequestionadas.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer dos embargos de declaração opostos a fim de, no mérito, rejeitá-los, nos termos da fundamentação.

É o voto.

CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

Relatora

EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1327) Nº 0600050-69.2020.6.16.0018 - Jaguariaíva - PARANÁ



- RELATORA: DESA. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI - EMBARGANTE: JOSE MARCOS PESSA FILHO - Advogados do EMBARGANTE: YANKA CRISTINE BARBOSA - PR106091, TIAGO JEISS KRASOVSKI - PR45009-A, RODRIGO GARCIA SALMAZO - PR34931, RODRIGO GAIÃO - PR34930-A, PATRICIA MARINHO DA CUNHA - PR74934, LUANA DA SILVA NADOLNY - PR94791, LAERZIO CHIESORIN JUNIOR - PR63390-A, GUSTAVO BONINI GUEDES - PR41756-A, GUILHERME MALUCELLI - PR93401-A, EDUARDO WECKL PASETTI - PR8088000-A, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - PR58425-A, CAROLINA PADILHA RITZMANN - PR81441-A, CAMILA COTOVICZ FERREIRA - PR63569-A, JOAO GUILHERME REBUSKI - PR76890-A, EDINEI STEGER RINALDI - PR92729-A, CESAR AUGUSTO PESSA FILHO - PR46560-A, WELLINGTON MAIKON FERREIRA - PR76886 - EMBARGADO: PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Carlos Maurício Ferreira, substituto em exercício, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani e Thiago Paiva dos Santos. O Juiz Roberto Ribas Tavnaro declarou suspeição. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéia Bora.

SESSÃO

DE 03.08.2022.

